O PAÍS DO FUTEBOL (MASCULINO): A INVISIBILIDADE DAS MULHERES NOS GRAMADOS BRASILEIROS

THE COUNTRY OF FOOTBALL (MEN'S): THE INVISIBILITY OF WOMEN ON BRAZILIAN FOOTBALL FIELDS

Beatriz de Franca Alves
ORCID 0000-0002-7963-385X
Mestranda em Educação, UFBA
Salvador, Bahia – Brasil
beatriz.franca090@gmail.com

Daniel Machado da Conceição
ORCID 0000-0002-6065-6656
Doutor em Educação, UFSC
Florianópolis, Santa Catarina – Brasil
danielmdac1@gmail.com

Cristiano Mezzaroba
ORCID 0000-0003-4214-0629
Doutor em Educação, UFSC
Professor DEF/CCBS/UFS
São Cristóvão, Sergipe – Brasil
cmezzaroba@academico.ufs.br

Resumo. Apesar dos avanços da participação feminina em diversos espaços sociais, no futebol podemos constatar que permanece como um território predominantemente masculino no Brasil. Essa assimetria é resultado de construções históricas marcadas por heteronormatividades, isto é, preconceitos de gênero, sexismo e estereótipos que associam a prática esportiva – especialmente o futebol – à virilidade, criatividade, habilidade técnica que, por fim, resumem a masculinidade. As mulheres que desafiam essa lógica seguem enfrentando barreiras estruturais, culturais e simbólicas, sendo constantemente invisibilizadas, subestimadas e pouco representadas pela mídia que prioriza o padrão de feminilidade, mesmo com o aumento significativo de sua presença e desempenho no esporte, de modo geral, e no futebol, de modo mais específico. Neste ensaio temos como objetivo identificar e discutir algumas das principais dificuldades presentes no futebol de mulheres no Brasil. Para tal exercício reflexivo, procuramos discutir sobre questões de gênero no futebol e o processo de exclusão e (in)visibilidade das mulheres no esporte. A partir da análise de artigos científicos, em especial, quanto à categoria "feminilidade" e ao fato de haverem esportes considerados como "masculinizantes", busca-se compreender como as desigualdades de gênero impactam a trajetória das atletas de futebol. O ensaio propõe-se a refletir sobre o paradoxo de o Brasil ser reconhecido mundialmente como o "país do futebol de homens", ao mesmo tempo em que historicamente marginaliza e negligência o futebol praticado por mulheres no país. O enfrentamento dessas desigualdades exige o reconhecimento do trabalho das atletas, a valorização de suas demandas e a construção de políticas que promovam equidade, visibilidade e oportunidades reais para o crescimento do futebol de mulheres.

Palavras-chave: futebol brasileiro; futebol de mulheres; gênero; invisibilidade; sexismo

Abstract. Despite advances in female participation in various social spaces, football remains a predominantly male domain in Brazil. This asymmetry is the result of historical constructs marked by heteronormativity, i.e., gender prejudice, sexism, and stereotypes that associate sports – especially football – with virility, creativity, and technical skill, which ultimately sum up masculinity. Women who challenge this logic continue to face structural, cultural, and symbolic barriers, being constantly invisible, underestimated, and underrepresented by the media, which prioritises the standard of femininity, even with the significant increase in their presence and performance in sport in general and in football more specifically. In this essay, we aim to identify and discuss some of the main difficulties present in women's football in Brazil. For this reflective exercise, we seek to discuss gender issues in football and the process of exclusion and (in)visibility of women in sport. Based on the analysis of scientific articles, particularly those concerning the category of 'femininity' and the fact that some sports are considered 'masculinising', we seek to understand how gender inequalities impact the careers of female football players. The essay reflects on the paradox of Brazil being recognised worldwide as the 'country of men's football', while historically marginalising and neglecting women's football in the country. Addressing these inequalities requires recognition of the work of female athletes, valuing their

demands, and developing policies that promote equity, visibility, and real opportunities for the growth of women's football.

Keywords: brazilian football; women's football; gender; invisibility; sexism

1. INTRODUÇÃO

A partir do século XX, as mulheres passaram a conquistar novos espaços na sociedade, rompendo com estruturas históricas de dominação masculina. No Brasil e em outras partes do mundo, elas desafiaram normas sociais, culturais e religiosas que as restringiam ao ambiente doméstico e às funções de cuidado, e passaram a ocupar posições no mercado de trabalho, nas universidades e nos esportes. Essas conquistas, embora importantes, foram fruto de intensas lutas travadas por mulheres que questionaram os papéis impostos à feminilidade e enfrentaram resistências profundas por parte de uma sociedade que historicamente associava o feminino à fragilidade, à delicadeza e à submissão e assujeitamento.

Entre os muitos espaços conquistados, o esporte – especialmente o futebol – ainda representa um campo de disputas em busca de consolidação. Por ser tradicionalmente associado à virilidade e à masculinidade, o futebol, no Brasil, ainda resiste à presença das mulheres, reproduzindo preconceitos e estereótipos que dificultam sua plena inserção e visibilidade. Mesmo com o aumento da participação feminina nas práticas esportivas, persistem barreiras simbólicas e materiais que restringem seu reconhecimento, como a falta de patrocínio, a baixa cobertura midiática e a associação pejorativa entre mulheres atletas e a ideia de "masculinização".

Apesar da crescente participação feminina no futebol, as mulheres ainda enfrentam diversas formas de exclusão simbólica, cultural e estrutural no espaço esportivo. Por ser uma prática historicamente marcada pelo domínio da tradição masculina, o futebol continua a reproduzir desigualdades de gênero que afetam diretamente a visibilidade, a valorização e as oportunidades destinadas às atletas. Diante desse cenário, este ensaio reflexivo tem como objetivo discutir as principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres no futebol brasileiro, analisando de que forma estereótipos de gênero, exclusões históricas e a ausência (ou dificuldades de implementação) de políticas públicas efetivas impactam suas trajetórias e o reconhecimento de suas práticas esportivas.

Diante disso, é preciso refletir sobre como esses discursos moldam a exclusão das mulheres em modalidades consideradas "masculinizantes", como o futebol e as lutas, por exemplo, reforçando a noção de que "futebol é coisa de homem". Em uma sociedade na qual os debates sobre gênero têm ganhado centralidade, torna-se urgente desconstruir essas visões naturalizadas (e preconceituosas) e abrir espaço para a diversidade de corpos e expressões no esporte, sendo o futebol uma modalidade bastante propícia devido à visibilidade que tem no âmbito brasileiro, e o quanto a partir dele é possível visualizarmos aspectos de nossa cultura (machismo, patriarcado, misoginia, racismo, preconceito de classe etc.).

Este trabalho configura-se como um ensaio teórico-reflexivo, de caráter interpretativo, que busca analisar a participação das mulheres no futebol brasileiro a partir da articulação entre diferentes produções acadêmicas, institucionais e jornalísticas. Não se trata de uma pesquisa empírica ou de uma revisão sistemática da literatura, mas de uma reflexão crítica fundamentada em debates teóricos e históricos sobre gênero e esporte.

Discutiremos como a trajetória das mulheres no futebol brasileiro foi historicamente invisibilizada, problematizando os discursos que legitimam sua exclusão e propondo uma análise crítica em relação à forma como a mídia, as instituições esportivas e os mais diversos setores da sociedade contribuem para a (in)visibilidade dessas atletas. Afinal, como justificar que, no chamado "país do futebol", as mulheres ainda precisam lutar diariamente pelo direito de jogar futebol?

Na sequência do texto, apresentamos de forma bastante sucinta as definições metodológicas do ensaio, e, em seguida, abordamos os quatro eixos da análise reflexiva: primeiro, sobre as mulheres no esporte; em seguida, a participação das mulheres no futebol; seguindo, tratamos sobre a estrutura organizacional do futebol e sua relação com o futebol de mulheres; por último, abordamos quanto às dificuldades das mulheres no futebol. Para o fechamento do ensaio, reivindicamos a igualdade ao futebol feminino brasileiro, a partir do protagonismo feminino, da (verdadeira) inclusão e da valorização da modalidade em todas as instâncias da sociedade (no campo esportivo, nas escolas, nas famílias, na política, na mídia etc.).

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para a realização do ensaio, consultamos artigos científicos, reportagens diversas e produções jornalísticas (textos e vídeos) que abordam a participação feminina no futebol brasileiro. Destacam-se, entre as fontes utilizadas, os artigos: "Preconceito no futebol feminino brasileiro: uma revisão sistemática", de Fábio Luiz Santos Teixeira e Iraquitan de Oliveira Caminha (2013); "'Mulher não joga futebol no 'país do futebol'?' Questões sobre a invisibilidade e o silenciamento de histórias de mulheres futebolistas no Brasil", de Enny Vieira Moraes (2009); e "Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades", de Silvana Vilodre Goellner (2005), que analisa a pouca visibilidade das mulheres no esporte.

Também foram consideradas produções e estudos do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Estudos do Futebol Brasileiro (INCT/CNPq Futebol), incluindo trabalhos sobre violência de gênero, ativismo de jogadoras, representatividade feminina na mídia e resistência à exclusão, como o artigo de Caroline Almeida e Carmen Rial: "O 'gênero da bola': Mulheres e futebol na mídia" (2024), que resgatam trajetórias e histórias de mulheres no futebol brasileiro.

Além disso, foi analisado o conteúdo do programa "Caminhos da Reportagem", intitulado "Futebol feminino: uma história invisível" (TV Brasil, 2019), que reúne relatos de atletas da seleção brasileira feminina, como Marta e Formiga, muito conhecidas em âmbito nacional e internacional. O material jornalístico enriquece a análise ao trazer depoimentos que expressam, em primeira pessoa, os desafios e as resistências enfrentadas por essas mulheres no esporte.

A seleção das fontes ocorreu de forma intencional, considerando sua relevância para a compreensão das relações de gênero no futebol brasileiro e das trajetórias históricas das mulheres no esporte. O corpus consultado foi composto por artigos científicos, documentos institucionais e materiais jornalísticos que discutem aspectos como invisibilidade, discriminação, representatividade, resistência e organização do futebol de mulheres.

As fontes científicas constituíram a base teórica da discussão desenvolvida neste ensaio, enquanto os materiais jornalísticos foram utilizados como fontes complementares, contribuindo para ilustrar experiências, trajetórias e percepções de atletas e demais sujeitos envolvidos(as) no futebol de mulheres. Dessa forma, tais materiais foram empregados como documentos de apoio à reflexão proposta, sem serem tratados como equivalentes à literatura acadêmica.

O presente ensaio adota uma perspectiva interpretativa, não se configurando como revisão sistemática da literatura nem como pesquisa empírica baseada na coleta de dados primários. Trata-se de um estudo de caráter teórico-reflexivo, orientado por uma leitura crítica e não exaustiva das fontes selecionadas, a partir de critérios de relevância temática e aderência ao debate sobre gênero e futebol no Brasil. Nesse sentido, os materiais foram mobilizados como base para problematização e construção argumentativa, sem pretensão de esgotamento do corpus existente sobre o tema.

A organização da análise em 04 (quatro) eixos temáticos decorre da recorrência de categorias identificadas no processo de leitura e interpretação do material consultado, funcionando como um recurso analítico de sistematização do debate. Os eixos definidos são:

1. As mulheres no esporte; 2. Participação histórica das mulheres no futebol; 3. Estrutura organizacional do futebol e sua relação com o futebol feminino; 4. As dificuldades enfrentadas pelas mulheres no futebol. Cada um deles passa a ser discutido a partir de agora.

3. OS EIXOS DE ANÁLISE: MULHERES, FUTEBOL, PARTICIPAÇÃO E DIFICULDADES

A partir da contextualização operada no tópico anterior, e do acesso ao material documental que teve como centralidade a discussão envolvendo mulheres, esporte (em específico o futebol brasileiro) e gênero, organizamos, a partir de agora, nossas discussões e reflexões a partir de quatro eixos de análise, que, em seu conjunto, apresentam a configuração da participação das mulheres no futebol brasileiro e suas dificuldades e estereótipos, além de mudanças (que nem sempre significam avanços) e principais dificuldades encontradas no tempo presente às nossas "boleiras".

3.1 As mulheres no esporte

A feminilidade da mulher historicamente foi uma característica que manteve a lógica da reprodução das desigualdades de gênero e designou às mulheres uma participação aos domínios dos trabalhos domésticos e cuidados com a prole, dificultando e, por muito tempo, impedindo que elas acessassem outros espaços organizacionais, os quais sempre foram destinados aos homens, como uma "lei natural". De acordo com Saraiva (1994), ao longo dos séculos existiu uma cultura de confronto entre masculino e feminino: o homem seria o sexo forte, ao qual cabe a força e a racionalidade; a mulher, tido como o sexo frágil, serviria somente para cuidar da casa, do marido e dos filhos. No entanto, o conflito se intensifica quando as mulheres passam a atuar no sustento da família e a desenvolver sua vida social, surgindo então novos preconceitos.

As mulheres, em sua grande maioria, eram criadas para serem belas, parideiras e sem inserção no universo esportivo. Chiés (2006) afirma que desde a Grécia Antiga o esporte representava uma maneira de desenvolver e afirmar a masculinidade, porém algumas mulheres da elite burguesa possuíam acesso a determinados esportes com o apoio da família. Isto carregava o argumento da preocupação com o bem estar das mulheres, mas, na verdade, os homens da época tinham medo da inversão dos papéis, receio de que as mulheres deixassem de lado a função feminina e passassem a vivenciar as ocupações e funções outrora apenas destinadas ao gênero masculino.

Atualmente, além da questão de gênero, as mulheres atletas também sofrem com mudanças no corpo que o aproximam do modelo corporal reconhecido como masculino. Acabam, assim, ficando mais estereotipadas pela sociedade e, além de se preocuparem com o desempenho esportivo, elas se inquietam com a preservação da sua imagem corporal (e social) para manter socialmente a sua feminilidade, ou seja, procurando não ultrapassar a barreira do que é "aceitável" pela sociedade como sendo "feminino" (e a preservação de certas marcas da "feminilidade": proporções corporais, características mais marcantes do corpo feminino etc.).

Em uma cultura extremamente machista, a exclusão da mulher no futebol vai além da sua ausência em competições. Está enraizada em casa por meio dos papeis de gênero e na projeção de um projeto futuro ou destino esperado: quando nasce um menino, o pai compra camisa, presenteia com uma bola de futebol, leva o garoto para jogar no fim de semana, matricula na escolinha de futebol e o leva ao estádio. Já as meninas, conforme vão crescendo e sendo socializadas, ganham uma boneca, fantasias, brinquedos que representam espaços e equipamentos do lar, maquiagens e, quem sabe, uma bicicleta. Temos um pequeno exemplo de como as ações naturalizadas pela sociedade são formatadoras de uma socialização que vai determinando, conforme o gênero, possibilidades de ação, valores e normas que subjetivam

crianças e jovens, e que, com o passar dos anos, fazem com que meninos sejam associados por sua competitividade e agressividade, enquanto as meninas têm relação com aspectos como submissão e charme (Souza & Knijnik, 2007).

Esses valores não circulam apenas na esfera doméstica, mas também são amplamente disseminados e reforçados pela mídia, um dos principais veículos ideológicos da cultura esportiva. Estudos como os de Mariani (2016) e Goellner (2005) demonstram que a imprensa esportiva historicamente contribuiu para a invisibilização das atletas ao enfatizar menos o desempenho esportivo e mais sua aparência física, frequentemente enquadrando-as no estereótipo de “musas”. Nesse mesmo sentido, Almeida e Rial (2024) analisam como a mídia constrói narrativas que reforçam desigualdades de gênero no futebol, mas também apontam que esse espaço pode se tornar um campo de disputa simbólica, capaz de visibilizar e ressignificar trajetórias femininas no esporte.

A invisibilidade das mulheres no futebol, portanto, não se restringe à ideia de masculinização das atletas. A mídia reforça o estereótipo da “musa” como a única forma legítima de presença feminina, vinculada ao corpo perfeito dentro das normas estabelecidas, conforme Souza e Knijnik (2007):

> [...] a maneira como as mulheres atletas se mostram na sociedade, seus comportamentos e seus corpos são ditados pela sociedade e reforçados pela mídia, onde são moldadas de forma a destacar sua sexualidade, ou atributos físicos, em detrimento ao rendimento esportivo (Souza & Knijnik, 2007, p.35).

Nesse sentido, o papel da mídia torna-se crucial para mostrar que o esporte também é lugar de mulher. Entretanto, as diferenças no trato entre o futebol masculino e o feminino permanecem evidentes: enquanto os jogadores são enaltecidos como heróis, ídolos, líderes e habilidosos, as jogadoras são frequentemente reduzidas à sua aparência, feminilidade, ênfase na sensibilidade e nas emoções. Quando não se enquadram nesses padrões, são invisibilizadas ou apresentadas sob a ótica do grotesco, associadas à ideia de “masculinização corporal”.

Apesar de avanços recentes — como a visibilidade de atletas internacionais em modalidades diversas, incluindo Marta e Formiga no futebol brasileiro —, o reconhecimento midiático e social ainda não confere às mulheres o mesmo status de heróis/heroínas nacionais. A pauta e o tratamento midiático diferem significativamente, limitando a atuação simbólica das jogadoras, que aparecem sobretudo em grandes eventos ou momentos específicos, e muitas vezes com foco em atributos físicos ou estéticos.

A construção social da feminilidade afastou as mulheres do esporte, por outro, registros históricos demonstram que elas sempre estiveram presentes no esporte e no futebol, mesmo diante de proibições e estigmas. No país que supostamente criou o futebol, a Inglaterra, as mulheres, durante a Primeira Guerra Mundial, são admitidas como trabalhadoras para suprimir a demanda de mão de obra nas fábricas e, como consequência, a prática da modalidade no tempo livre também passa a fazer parte da rotina.

Uma ação simples, tímida e descompromissada, que passou a ser séria com a formação de equipes que, inclusive, passam a arrecadar recursos para causas sociais. Sem um campeonato, a equipe Dick Kerr’s Ladies ganhou notoriedade sendo a grande sensação entre 1917 e 1921. No entanto, a Football Association interrompeu o futebol de mulheres regulamentando que o jogo seria inadequado para o sexo feminino e proibindo os clubes de cederem seus estádios para partidas (Serrano, 2023). O medo dos dirigentes era a popularidade do futebol feminino que imporia a necessidade de criar uma liga ou campeonato profissional para mulheres, algo que a sociedade da época não podia deixar acontecer.

No Brasil, a primeira partida de futebol feminino com base em indícios é atribuída ao ano de 1915, no bairro Vila Isabel, Rio de Janeiro. Entretanto, o marco mais contundente está no registro do jornal A Gazeta, de 1921, na cidade de São Paulo, com o anúncio do jogo entre as

senhoritas do bairro do Tremembé e da Cantareira. Outro ponto importante para marcar entre os processos de iniciação do futebol feminino na Inglaterra e no Brasil, está no fato das “terras tropicais”:

> Os primeiros jogos do futebol feminino remetem às chamadas festas esportivas (ou festivais): eventos sociais nos clubes, com diversos registros em jornais da época (em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo), que continham em sua programação disputas diversas com caráter lúdico, ao ar livre, durante todo o dia. (Serrano, 2023, p. 36)

O futebol de mulheres esteve sempre relegado a algo menor, um apêndice da diversão. Entre muitas lutas e, por que não, a clandestinidade até 1979, o argumento de que as funções reprodutivas das mulheres estariam prejudicadas com a prática da modalidade foi suficiente para o banimento e ostracismo. Em 1983, temos o estabelecimento de regras para formação de clubes e ligas (Serrano, 2023). A partir desses marcos temporais, o futebol de mulheres ganha contornos e lentamente consolida suas ações, que repercutem em maior visibilidade e reconhecimento das atletas e clubes na atualidade.

Os desafios ainda são evidentes no que diz respeito ao espaço que as mulheres ocupam na modalidade, bem como, nos diversos espaços da sociedade. Iniciativas importantes, mas ainda tímidas, criam dispositivos como a obrigatoriedade dos clubes masculinos que participam de determinadas ligas (campeonatos) de manter uma “versão” feminina das suas equipes. Um esforço importante para incentivar o desenvolvimento do futebol de mulheres com a criação de postos de trabalho, mas que se caracterizam por ocupações precarizadas em contratos, salários e condições de trabalho, por isso percebemos o destaque de uma versão do time masculino, só que sem o mesmo investimento de longo prazo, o cuidado e atenção clubística que historicamente a versão masculina teve e que muitas décadas depois as mulheres passam a reivindicar e receberem melhor tratamento.

Apesar das dificuldades históricas e estruturais, observa-se que iniciativas recentes têm buscado ampliar o espaço das mulheres no futebol e no esporte de forma geral. A criação de equipes femininas em clubes masculinos consolidados e de grandes torcidas e a maior cobertura midiática de atletas (tanto nos portais de notícias, mas também, nas transmissões de competições ao vivo) destacam esforços para promover visibilidade, oportunidades e reconhecimento.

Embora persistam desigualdades em contratos, salários e investimento, essas ações representam avanços concretos, demonstrando que, mesmo diante de obstáculos, é possível construir caminhos que ampliem o acesso, fomentando a valorização e a representatividade das mulheres no futebol brasileiro.

3.2 Participação histórica das mulheres no futebol

O futebol de mulheres teve seu marco inicial na Inglaterra, em 1898, mais especificamente em Londres, com a realização de uma partida amistosa entre os times femininos da Inglaterra e da Escócia. Contudo, o grande impulso para a modalidade ocorreu em 1917, durante a Primeira Guerra Mundial, com a criação do primeiro time feminino com características profissionalizantes, o Preston North End. A equipe era composta por mulheres operárias da indústria de munição, o que revela como o contexto da guerra abriu brechas temporárias para a inserção das mulheres em espaços tradicionalmente masculinos, como o futebol (Stein, 2014).

Apesar do sucesso e da popularidade alcançada pelas mulheres no futebol durante a década de 1920, o fim da Primeira Guerra Mundial representou um retrocesso em relação à prática futebolística pelas mulheres. Com a volta dos homens aos seus postos de trabalho e ao espaço público, as mulheres foram pressionadas a retornar ao ambiente doméstico, considerado seu

"lugar natural" na sociedade. Assim, o futebol feminino passou a ser novamente reprimido e deslegitimado (Stein, 2014).

No Brasil, há registros de partidas mistas (com homens e mulheres) já em 1908 e 1909. Durante muito tempo, acreditava-se que a primeira partida de futebol feminino havia ocorrido em 1913, em um evento beneficente promovido para arrecadar fundos para a construção de um hospital da Cruz Vermelha destinado a crianças carentes. Essa ação era compatível com os discursos médicos da época, que incentivavam práticas esportivas como forma de promover saúde. Jornais divulgaram, com certo espanto, que "as mulheres podem até jogar futebol". Entretanto, pesquisas posteriores revelaram que a tal "equipe feminina" era, na verdade, composta por jogadores do time campeão paulista daquele ano, fantasiados de mulher (Oliveira, 2011).

A primeira partida oficial de futebol feminino no Brasil aconteceu apenas em 1921 e foi tratada como uma curiosidade, quase um espetáculo exótico. Por ser visto como um esporte violento e inapropriado para os corpos femininos, o futebol enfrentou forte resistência da sociedade, especialmente das famílias tradicionais.

Mesmo diante de proibições, censuras e apagamentos históricos, muitas mulheres conseguiram se destacar na modalidade. A inglesa Lilly Parr, por exemplo, foi conhecida como a "mulher dos 900 gols", enfrentando diretamente a repressão ao futebol feminino no pós-guerra. Já no Brasil, a jogadora Marta, chamada de "Pelé de saia", tornou-se referência mundial, sendo eleita a melhor jogadora do mundo por cinco anos consecutivos, mesmo sem ter conquistado títulos expressivos com a seleção brasileira (Oliveira, 2011).

Não podemos deixar de registrar que mesmo o reconhecimento da atleta Marta e sua excelência profissional no futebol de mulheres, a referência para suas realizações é ser adjetivada ou comparada a um homem, Pelé (é importante considerar que a palavra "Pelé" foi incluída no dicionário como sinônimo de "excepcional", "incomparável" e "único"). A comparação ou suposto elogio à atleta Marta, ao ser reconhecida como "Pelé de saia", aconteceu mesmo antes dessa incorporação do verbete à língua portuguesa.

No Brasil, entre 1941 e 1979, a prática do futebol por mulheres foi formalmente proibida pelo Decreto-Lei nº 3.199, que restringia sua participação em atividades esportivas consideradas incompatíveis com "a natureza feminina", reforçando estigmas sociais e limitando a construção de trajetórias esportivas femininas.

Na obra organizada por Goellner e Cabral (2022), temos acesso a um conjunto de registros, a partir da história oral, com as jogadoras pioneiras da seleção brasileira feminina, em que tomamos contato com as mais diversas dificuldades e obstáculos que essas jogadoras brasileiras tiveram em suas trajetórias: machismo, superproteção familiar, opressão social etc. Mesmo assim, constatamos, com suas trajetórias e histórias, que elas criaram estratégias para acessar o universo do futebol, com luta e conquista de espaço.

Esses e outros exemplos mostram que, apesar dos inúmeros obstáculos, as mulheres sempre estiveram presentes no futebol, resistindo às tentativas de silenciamento e contribuindo com trajetórias inspiradoras, muitas vezes ignoradas ou pouco visibilizadas pela história oficial.

Hoje, a participação de meninas e mulheres no futebol é mais visível e menos dificultosa do que no passado. Embora desigual em relação aos homens, o acesso a escolinhas, clubes e competições vêm aumentando, e a mídia pauta cada vez mais atletas de destaque, como Marta e Formiga, além de novos nomes que vão surgindo e se destacando no cenário nacional e internacional. Esses avanços mostram que o futebol feminino caminha para maior reconhecimento, valorização e inclusão, oferecendo novas referências e trajetórias inspiradoras para as próximas gerações.

3.3 Estrutura organizacional do futebol e sua relação com o futebol de mulheres

O futebol, enquanto modalidade esportiva praticada em todo o mundo, é regulamentado por diferentes entidades organizacionais que atuam em diversas escalas – internacional, continental, nacional e estadual.

A International Football Association Board (IFAB), fundada em 1886, é a instituição responsável por preservar, monitorar e alterar as regras do futebol. Até os dias atuais, apenas a IFAB possui autoridade para modificar as regras oficiais do jogo. Ela é composta pelas quatro associações britânicas de futebol (Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte), além da Federação Internacional de Futebol (FIFA).

A FIFA, fundada posteriormente, é a principal entidade de administração do futebol no cenário global. Ela supervisiona as confederações, federações e associações nacionais filiadas e adota as regras estabelecidas pela IFAB. Além da função organizacional, a FIFA também atua na preservação da integridade esportiva, combatendo o racismo, a violência e a intolerância religiosa, promovendo valores de respeito e convivência saudável.

No contexto do futebol de mulheres, a FIFA tem demonstrado um compromisso crescente com a modalidade implementando a "Estratégia de Futebol Feminino", que visa expandir a participação de meninas e mulheres no esporte, melhorar a infraestrutura e promover a liderança feminina. Um dos objetivos dessa estratégia é aumentar a representatividade feminina nos órgãos decisórios da FIFA, estabelecendo metas, como ter pelo menos um terço dos membros dos comitês compostos por mulheres até 2025 (Fifa, 2023). Além disso, programas como o Women in Football Leadership Programme têm sido desenvolvidos para capacitar e apoiar mulheres em posições de liderança no futebol.

No contexto da América do Sul, a Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL) é a entidade responsável pela regulamentação das práticas futebolísticas, incluindo o futsal e o futebol de areia. A CONMEBOL é a única confederação sul-americana filiada à FIFA e mantém uma comissão específica para tratar das questões do futebol de mulheres.

A CONMEBOL tem se dedicado a promover o futebol de mulheres na América do Sul, criando comissões específicas e programas voltados ao empoderamento e capacitação de mulheres na administração e governança do esporte. Iniciativas como o "Programa de Liderança Feminina no Futebol", em parceria com a UEFA, e eventos como o seminário "Liderança Feminina no Futebol" buscam compartilhar experiências, fortalecer a participação feminina e incentivar a criação de estratégias para o crescimento da modalidade na região (Conmebol, 2024).

Apesar desses avanços, a presença de mulheres nos cargos de decisão ainda é limitada, evidenciando que a inclusão plena e a equidade de gênero nessa modalidade exigem esforços contínuos. Embora as políticas da CONMEBOL representem passos importantes para aumentar a visibilidade, participação e valorização das jogadoras e profissionais, barreiras estruturais e culturais ainda precisam ser superadas para garantir oportunidades equitativas na modalidade.

No Brasil, a organização máxima do futebol é a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), que substituiu a antiga Confederação Brasileira de Desportos (CBD) e coordena as 27 federações estaduais. Embora algumas federações incluam informações sobre o futebol feminino em seus websites, muitas ainda apresentam conteúdo limitado ou desatualizado, indicando lacunas institucionais na visibilidade e valorização das mulheres na modalidade. Essa realidade evidencia que, apesar dos avanços, o futebol feminino ainda enfrenta desafios estruturais significativos no país, refletindo desigualdades históricas e culturais presentes no esporte (CBF, 2024).

A CBF tem realizado avanços no futebol feminino, criando departamentos exclusivos para a modalidade e promovendo competições nacionais, como o Campeonato Brasileiro e a Copa do Brasil Feminina. Apesar disso, a presença feminina em cargos de decisão ainda é limitada,

e desafios como transparência e equidade salarial persistem. Em resposta às demandas por maior igualdade, projetos como o "Marco Legal do Futebol Feminino" e iniciativas do Governo federal brasileiro buscam fortalecer a modalidade, garantindo recursos, incentivos e planos de ação que ampliem o acesso, a valorização e o desenvolvimento das mulheres no futebol brasileiro (Oliveira, 2011).

O Prof. Dr. Marcelo Proni (Unicamp), em palestra realizada no Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte – CONBRACE, em São Paulo/SP, em setembro de 2025, destacou que o futebol feminino no Brasil ainda se encontra em um estágio semelhante ao dos anos 1980, especialmente quando comparado à estrutura e ao desenvolvimento do futebol masculino. Essa observação ressalta as disparidades persistentes entre as duas modalidades, evidenciando a necessidade urgente de investimentos, políticas públicas eficazes e maior visibilidade para o futebol feminino, a fim de promover sua equidade e crescimento no cenário esportivo nacional (Proni, 2025).

O Governo Federal brasileiro, por meio do Ministério do Esporte, tem atuado para promover a igualdade de gênero no esporte, especialmente no futebol feminino. A Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), estabelece que mulheres devem ter oportunidades iguais de participação em todos os níveis e funções de direção, supervisão e decisão no esporte, seja recreativo, de saúde ou de alto rendimento, assegurando também a presença mínima de 30% de mulheres nos cargos de direção das organizações esportivas que recebem recursos públicos federais. (Brasil, 2023a)

Complementando essas medidas, a Lei nº 14.614, de 3 de julho de 2023, garante que atletas gestantes ou puérperas recebam regularmente as parcelas da Bolsa-Atleta durante a gestação e até seis meses após o nascimento, protegendo os direitos das mulheres no esporte (Brasil, 2023b).

Assim, mais do que depender da boa vontade das entidades esportivas, é necessária uma articulação entre Estado, mídia e sociedade civil para garantir investimentos, espaços e oportunidades reais de participação. Goellner (2005) e Mariani (2016) demonstram que a imprensa historicamente contribuiu para a invisibilização das atletas, enquanto Almeida e Rial (2024) apontam que a mídia pode ser também um espaço de disputa simbólica capaz de ressignificar trajetórias femininas. No âmbito institucional, a CBF e o Governo Federal, por meio de iniciativas como o Marco Legal do Futebol Feminino (Lei nº 14.597/2023) e políticas de incentivo à participação feminina, ainda enfrentam limitações quanto à equidade e à representatividade (Oliveira, 2011; Proni, 2025).

Apesar dos avanços promovidos por FIFA, CONMEBOL e CBF, é necessário problematizar o alcance efetivo dessas iniciativas na transformação das relações de gênero no futebol. Embora essas entidades tenham incorporado discursos e políticas voltados à inclusão das mulheres, a permanência da baixa representatividade feminina nos espaços de decisão, das desigualdades de investimento e das diferenças de visibilidade entre as modalidades masculina e feminina indica que os avanços convivem com mecanismos de reprodução de desigualdades históricas. Nesse sentido, as instituições esportivas desempenham um papel ambíguo: ao mesmo tempo em que impulsionam o desenvolvimento do futebol de mulheres, também operam em estruturas tradicionalmente marcadas pela hegemonia masculina.

Dessa forma, a análise das ações institucionais não deve se restringir à identificação de programas e políticas de incentivo, mas considerar sua capacidade efetiva de promover mudanças estruturais. O desafio não consiste apenas em ampliar a participação feminina no futebol (jogadoras, treinadoras, árbitras, preparação técnica, psicólogas do esporte etc.) ou nos espaços midiáticos (como temos visto, com mulheres narrando jogos, com comentaristas mulheres ou mesmo repórteres mulheres realizando trabalho no gramado, as "repórteres setoristas", outrora um trabalho exclusivo de repórteres homens), mas em garantir condições

equitativas de acesso aos recursos, aos espaços de poder e aos processos decisórios que organizam a modalidade.

Essa assimetria estrutural e institucional evidencia que o futebol de mulheres brasileiro continua sendo marginalizado em comparação ao masculino, revelando a persistência de barreiras históricas, culturais e econômicas que moldam a visibilidade, valorização e os espaços de poder para mulheres na modalidade.

3.4 As dificuldades das mulheres no futebol

A participação feminina no futebol brasileiro enfrenta barreiras históricas e sociais que dificultam a visibilidade e o reconhecimento das jogadoras. A modalidade ainda é majoritariamente masculina, e muitas mulheres que jogam futebol são alvo de piadas ou preconceitos, tanto na escola quanto nos campos país afora. Mulheres que atuam no campo midiático-esportivo seguem sofrendo dificuldades em relação à legitimidade de seus comentários técnicos ou de suas análises táticas, sobre o comportamento de atletas, enfim, comentários que subjugam a presença de mulheres também nesse espaço que constitui o campo esportivo, neste caso, na esfera da produção midiática e do jornalismo esportivo.

Embora existam escolinhas para meninas, elas são poucas e muitas vezes carecem de estrutura adequada. Além disso, os salários das jogadoras permanecem muito inferiores aos dos jogadores masculinos de destaque, e a cobertura da mídia ainda privilegia majoritariamente o futebol masculino, mesmo que grandes portais já tenham seções específicas para o futebol feminino (como ocorre em relação aos portais UOL – Universo OnLine e Terra). Por isso, a maioria das atletas precisa conciliar a carreira esportiva com outros trabalhos para garantir sua subsistência, como evidenciado em reportagens da TV Brasil em 2015. (TV Brasil, 2015 - Caminhos da reportagem).

A precarização do futebol feminino no Brasil leva muitas jogadoras a buscar fontes de renda alternativas para garantir sua subsistência, sem que isso configure uma dupla carreira. A dupla carreira refere-se ao desenvolvimento simultâneo de uma carreira esportiva e outra profissional ou acadêmica, visando ao futuro. Já a dupla ou tripla jornada enfrentada pelas mulheres no futebol é uma estratégia de sobrevivência no presente, combinando treinamentos, jogos e empregos paralelos para sustentar sua trajetória esportiva. Dados da Estratégia Nacional para o Futebol Feminino indicam que cerca de 70% das profissionais da modalidade fazem dupla jornada, dedicando-se também a outras atividades para complementar seus vencimentos.

Além disso, aproximadamente 30,5% das atletas não recebem nenhum valor a título de salário ou ajuda de custo, evidenciando a precariedade da profissão (Brasil, 2023). Essa realidade reflete como a desigualdade estrutural impõe sobre as mulheres não apenas a necessidade de construir uma carreira esportiva, mas também de conciliar múltiplas responsabilidades cotidianas, impactando diretamente seu rendimento e bem-estar.

A falta de patrocínio é um dos fatores mais desestimulantes para as jogadoras brasileiras. Essa carência financeira limita a realização de campeonatos e, muitas vezes, impede que as atletas participem mesmo das competições existentes, devido à falta de recursos dos clubes. Na grande maioria dos casos, as jogadoras não possuem carteira assinada e recebem remuneração baixa ou, em alguns casos, nenhuma. Para garantir sua subsistência, muitas precisam buscar outras fontes de renda durante sua trajetória esportiva. Com pouco incentivo e condições precárias de trabalho, várias atletas acabam desistindo do futebol, interrompendo o sonho de se tornarem profissionais e de construir uma carreira no esporte.

A falta de organização estrutural e institucional no futebol feminino, como a ausência de planejamento de competições, baixa coordenação entre clubes e entidades esportivas, insuficiência de investimentos e ausência de políticas de incentivo consistentes, dificulta a valorização e visibilidade da modalidade. Essa desorganização, somada ao histórico de pouco reconhecimento, agrava a situação ao reduzir o espaço destinado à cobertura da mídia. Embora

atualmente haja esforços para ampliar a presença do futebol feminino na grade televisiva e atrair público, os jogos ainda são relegados a dias e horários sem concorrência com o futebol masculino, garantindo menor audiência e perpetuando condições precárias de prática esportiva.

Dentre as poucas reportagens que abordam a participação das mulheres no futebol, Souza e Knijnik (2007) já apontavam que a cobertura do esporte masculino é significativamente maior que a do feminino. No entanto, observamos transformações desde então: torneios recentes, como a Copa do Mundo Feminina de 2019 e 2023 e as Olimpíadas de Paris em 2024, registraram maior interesse do público, engajamento nas redes sociais e transmissões em canais de televisão, indicando avanços na visibilidade da modalidade, embora ainda longe de atingir a equidade de tratamento em relação ao futebol masculino.

Como se fossem "fantasmas", as "boleiras" são ignoradas por grandes e pequenos clubes, pela imprensa esportiva e pelos mega empresários. Sobre elas há poucos dados, poucas referências, um acervo escasso. Ainda que tenha jogado futebol desde o surgimento deste esporte, a história da mulher e do futebol feminino é marcada por lacunas forçadas, proibições legislativas e falta de representatividade. Por exemplo, muitas meninas em seus 8 anos amam jogar bola, mas é difícil encontrar álbuns de figurinhas, camisetas autografadas e jogos televisionados de futebol feminino para que elas tenham em quem se espelhar. O que temos visto acontecer no tempo presente é o início de uma produção de memórias em relação ao futebol feminino, cujo impacto se dará em décadas futuras.

Daniela Alfonsi é diretora técnica do Museu do Futebol, em São Paulo, um dos maiores centros de acervo da história do esporte no Brasil. Considerada uma especialista na área, ela pesquisa e trabalha com o tema há um bom tempo. Daniela relata que "[...] a história das mulheres no futebol é tão antiga quanto a dos homens, mas a delas foi legada à marginalidade. As encontramos em revistas e selos antigos, não como torcedoras, mas como jogadoras." (Garcia, 2016).

A associação da imagem da mulher com comportamento feminino e prendado em espaços públicos tem forte correlação com a discriminação existente no futebol.

> A habilidade esportiva dificilmente se compatibiliza com a subordinação feminina tradicional da sociedade patriarcal; de fato, o esporte oferecia a possibilidade de tornar igualitárias as relações entre os sexos. O esporte, ao minimizar as diferenças socialmente construídas entre os sexos, revelava o caráter tênue das bases biológicas de tais diferenças; portanto, constituía uma ameaça séria ao mito da fragilidade feminina. (Goellner, 2005).

Relegado aos lugares de marginalidade, o futebol feminino ganhou ares pitorescos, sendo praticado em lonas circenses, e virou motivo de batidas policiais. A proibição oficial aconteceu na década de 1940, com o Decreto-Lei n° 3.199, que não permitia que mulheres praticassem esportes que iam contra sua "natureza". A proibição continuou oficialmente até 1979, quando as equipes tornaram a se estruturar. Em 1988, a primeira seleção feminina foi convocada pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF). No entanto, esta seleção era composta apenas por jogadoras do Radar, equipe carioca que surgiu após a revogação da lei (Maia, 2018).

Somente após alguns anos, com a propagação de estudos feministas e de gênero, houve uma grande evolução quanto à participação das mulheres nos esportes. Porém, ainda existe uma defasagem imensa de atuação das mulheres no Brasil, mesmo sendo o esporte considerado um importante agente integrador.

O futebol é altamente apreciado pela população brasileira, e em anos de Copa do Mundo, observa-se grande cobertura da mídia e intensa mobilização popular em torno do evento, muitas vezes com engajamento superior ao de outros acontecimentos nacionais, como eleições presidenciais. Essa mobilização reflete comportamentos sociais típicos, como o entusiasmo coletivo, a demonstração de patriotismo por meio do apoio à seleção, a criação de rituais de

torcida e a centralidade do futebol na vida cultural e social, reforçando o papel do esporte como elemento identitário do país.

Porém, tal status poderia ser definido como “país do futebol masculino”, pois historicamente esse contexto privilegiou apenas o universo masculino, sendo essa uma realidade observada em diversos países, conforme Souza & Knijnik (2007). No Brasil, entretanto, temos acompanhado mudanças importantes: vimos, com a realização das Copas do Mundo Femininas (2019 e 2023) e com a medalha de prata da seleção feminina nas Olimpíadas de Paris/2024, uma grande mobilização do público, gerando engajamento nas redes sociais e ficando evidenciado que os(as) brasileiros(as) torcem e acompanham o futebol feminino, indicando avanços na visibilidade da modalidade.

A história do futebol feminino no país, portanto, não é marcada pela ausência das mulheres, mas pelo silenciamento de suas trajetórias, intensificado por proibições legais como o Decreto nº 3.199/1941, que restringia a prática do futebol feminino até o final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Partidas oficiais eram encaradas como marginais ou desviantes, e a divulgação das atividades femininas era limitada, frequentemente associada a entretenimento masculino ou folclore.

A desigualdade entre o futebol masculino e feminino persiste, mas atualmente o desafio principal não é apenas enfrentar o silenciamento, mas garantir equidade, visibilidade e valorização das jogadoras, muitas vezes por meio de fontes dissidentes e registros marginais que preservam a memória dessas trajetórias.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória das mulheres no futebol brasileiro revela um caminho permeado por resistências, muitos obstáculos, apagamentos e conquistas que, embora significativas, ainda não alcançaram a equidade em relação ao universo masculino. A partir da análise realizada, guardadas suas limitações e superficialidade diante de um tema tão complexo e que se transforma, fica evidente que o futebol, historicamente construído como um espaço de afirmação da masculinidade, continua a reproduzir estereótipos de gênero que limitam a visibilidade e a valorização das atletas.

Se por um lado há avanços, como o aumento da participação feminina em campeonatos oficiais e a conquista de reconhecimento internacional por jogadoras como Marta e Formiga, por outro lado, persistem desafios estruturais. A falta de políticas públicas consistentes, a baixa cobertura jornalística, a ausência de patrocínio e a precarização das condições de trabalho reforçam a marginalidade em que o futebol feminino ainda se encontra no Brasil.

Portanto, discutir a presença das mulheres no futebol não significa apenas reconhecer suas trajetórias, mas também questionar as bases culturais que sustentam a exclusão e o tratamento desigual. A história do futebol brasileiro precisa ser recontada de forma plural, incluindo as vozes e experiências dessas atletas, muitas vezes silenciadas ou invisibilizadas. Somente por meio de mudanças estruturais que envolvam instituições esportivas, mídia, Estado e a sociedade brasileira em geral será possível garantir que o chamado “país do futebol” seja, de fato, também o país do futebol feminino.

Os avanços recentes, como a Copa do Mundo Feminina de 2019 e 2023 e a participação brasileira nas Olimpíadas de 2024, demonstram que, embora os desafios persistam, é possível vislumbrar um cenário em que as mulheres ocupam cada vez mais espaços de protagonismo no futebol, reforçando que a inclusão e a valorização da modalidade dependem de esforços contínuos de toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

Almeida, Caroline; Rial, Carmen. (2024). Futebol e gênero: debates contemporâneos. *Alceu*, v. 24.

Brasil. (2023a). Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023. Dispõe sobre a igualdade de gênero no esporte e participação das mulheres em cargos de direção e decisão. *Diário Oficial da União*.

Brasil. (2023b). Lei nº 14.614, de 3 de julho de 2023. Garante o recebimento da Bolsa Atleta para atletas gestantes e puérperas. *Diário Oficial da União*, 3 jul.

Confederação Brasileira de Futebol (CBF). (2025). Ranking Nacional das Federações Estaduais do Futebol Feminino (RNF FF) 2025. *Diretoria de Competições*, 17 dez. 2024.

Chiés, Paula Viviane. (2006). "Eis Quem Surge no Estádio: É Atalante!" A História das Mulheres nos Jogo Gregos. *Movimento*, v. 12, n. 3.

Garcia, Cecília. (2016). As donas da bola: jogadoras e pesquisadoras driblam e combatem a invisibilidade do futebol feminino. *Fundação Telefonica Vivo*.

Goellner, Silvana V. (2005). Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v.19, n.2, p. 143-151.

Goellner, Silvana V.; Cabral, Juliana R. (2022). *As pioneiras do futebol pedem passagem:* conhecer para reconhecer. Ludopédio.

Maia, Mayara. (2018). Primeira Seleção Feminina. *Futebol Interativo*.

Moraes, Enny Vieira. (2009). *Mulher não joga futebol no "país do futebol"?* Questões sobre a invisibilidade e o silenciamento de histórias de mulheres futebolistas no Brasil.

Oliveira, Guilherme. (2011). As 11 maiores jogadoras da história do futebol feminino. *Onze Ideal*.

Proni, Marcelo. (2025). *Palestra:* Futebol feminino no Brasil: desafios e perspectivas. CONBRACE – Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte.

Saraiva, Maria do Carmo. (1994). O gênero: confronto de culturas em aulas de Educação Física. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 15, n. 2.

Serrano. Igor. (2023). *O racismo no futebol brasileiro*. Cartola Editora.

Souza, Juliana Sturmer S.; Knijnik, Jorge D. (2007). A mulher invisível: gênero e esporte em um dos maiores jornais diários do Brasil. *Revista Brasileira de Educação Física e Esportes*, v. 21, n. 1.

Stein, Leandro. (2014). Quando o futebol feminino atraiu multidões durante a Primeira Guerra Mundial. *Trivela*.

Teixeira, Fábio Luiz Santos; Caminha, Iraquitan de Oliveira Santos (2013). Preconceito no futebol feminino brasileiro: uma revisão sistemática. *Movimento*, v. 19, n. 1.

TV Brasil. (2019). Futebol feminino: uma história invisível. *Caminhos da Reportagem*.

DOI https://doi.org/10.14571/brajets.v19.nse1.226-238
ISSN 2316-9907